



Um Olhar sobre a Turistificação dos Espaços – O Caso de Olivença (Ilhéus-BA)¹

Karen Vieira Ramos²

Rodrigo Bonfim de Oliveira³

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA

Resumo

O presente artigo apresenta a Praça Cláudio Magalhães, espaço inserido em Olivença (Ilhéus-BA) como espaço turístico, observando algumas de suas significações a partir da história vivenciada pelos habitantes do local e sua relação com o turismo. Trata-se de uma reflexão conceitual que alia a concepção de espaço, proveniente da geografia, com outras definições já amplamente utilizadas nos estudos de turismo. O objetivo é enfatizar a ação humana como epicentro do fenômeno turístico, entendendo a formação de seus espaços como fruto das significações que lhes são atribuídas culturalmente.

Palavras-chave: turistificação; espaço; espaços turísticos; Olivença.

Quando utilizamos a noção de “espaço turístico”, evocamos alguns sentidos aparentemente contraditórios. Primeiro, nos referimos ao conceito complexo de espaço, já tão discutido pelos estudos da Geografia e das Ciências Sociais. Por outro lado, se formos observar a idéia de “espaço turístico” de uma forma ampla, acabamos por cair em uma armadilha. Através de exemplos práticos poderemos perceber essas contradições.

Conhecemos um espaço turístico consolidado (Paris, por exemplo), no centro do sistema capitalista. Por outro lado temos exemplos de espaço turístico também consolidado na periferia (por exemplo, “pirâmides do Egito”, “Nepal”). Ao mesmo tempo, há lugares ainda “inóspitos” e com pouca estrutura para o desenvolvimento da atividade turística em que verificamos a presença da visita turística. O que há de comum, se é que há algo em comum nessas três situações?

“Nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem”, assim afirma Sahlins em sua obra

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Turismo e Hospitalidade, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora substituta da área de Imagem no curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus-BA; e-mail: ramos.karen@gmail.com

³ Professor efetivo da área de Imagem no curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus-BA; e-mail: ro.bomfim@gmail.com



Cultura e Razão Prática (2003, p. 170). Este antropólogo, ao tratar das motivações que perpassam na produção e no consumo da sociedade americana⁴, acaba nos falando sobre as significações dos objetos e das coisas que compõem o mundo. Todos os elementos que nos cercam (exceto os essencialmente naturais⁵) são extremamente culturais, ou seja, possuem os significados que lhes conferimos. E todos estes sentidos fazem parte de um sistema simbólico específico, um repertório cultural único. No nosso caso, nos conhecemos como sociedade ocidental.

Essas reflexões a respeito de como os hábitos da sociedade ocidental estão inseridos em um sistema de signos (a cultura), servem para salientar como a economia ou os fenômenos relacionados a ela - por vezes tratados com um dos ‘setores’ da vida social, assim como a política e a história - devem ser compreendidos também como produtos de caráter simbólico, fruto desta rede de “relações” que nos guia. E, como afirma Sahlins (2003, p. 168), até o capitalismo, mesmo com a sua organização ostensiva por e para a vantagem pragmática, não pôde escapar da constituição cultural de uma práxis só aparentemente objetiva. A estrutura da economia aparece como consequência objetivizada do comportamento prático, em vez de uma organização social de coisas, pelos meios institucionais do mercado, mas de acordo com um projeto cultural de pessoas e bens (SAHLINS, 2003, p. 167).

Qualquer agrupamento humano sobrevive de uma maneira específica, se reproduz, como certos tipos de homens e mulheres, classes sociais e grupos, defende Sahlins (2003). Neste sentido, o turismo, enquanto fenômeno que teve o seu nascimento no capitalismo, mas cujas raízes estão nos primeiros deslocamentos humanos, também pode e deve ser analisado enquanto um fenômeno cultural. Da mesma maneira, os seus espaços, os locais, pontos de visitação e deslocamento dos turistas, podem ser vistos sob este enfoque.

O objetivo deste artigo é, portanto, retomar discussões acerca dos “espaços turísticos”, sobre o que eles significam e como se formam. Trata-se de uma breve reflexão teórica sobre como os lugares se tornam espaços turistificados. A partir de uma revisão bibliográfica, tal qual propõe Gil (1999), buscamos subsídios para explicar o turismo, na geografia e em autores que buscam fazer uma reflexão mais atenta ao caráter cultural do turismo e de suas práticas.

⁴ Inclusive, é claro, o que é produzido e consumido na sociedade ocidental, que é um sistema simbólico específico.

⁵ Cabe destacar que até esses ditos “naturais”, sob esse ponto de vista, já são modificados quando lançamos o nosso olhar sobre eles.



Como exemplo, buscamos em Olivença, distrito de Ilhéus no Sul da Bahia, uma situação específica de turistificação de espaço. Trata-se de uma abordagem que tende a situar a Praça Cláudio Magalhães como espaço turístico, levando-se em conta a história (vivenciada e relatada pela comunidade), o tombamento da sua igreja Nossa Senhora da Escada pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC) e sua relação com o turismo. Em suma, a proposta é apresentar e caracterizar a Praça Cláudio Magalhães em Olivença (Ilhéus-BA) como um espaço turístico e cultural, norteando-se sob algumas de suas significações e partir disso, retomamos de alguma maneira, apontada sobre a turistificação dos espaços (seja em Paris ou no Nepal).

A Praça em Olivença e a turistificação dos espaços

A observação da Praça Cláudio Magalhães como espaço turístico é determinada por algumas singularidades que necessitam de uma apresentação anterior. Ela está inserida no ponto mais alto de Olivença, lugar com uma história peculiar (como muitos outros).

Olivença, situada a 18 km de Ilhéus-BA, surgiu de um antigo aldeamento fundado por Jesuítas, a aldeia Nossa Senhora da Escada. Foi elevada à condição de vila em 1758, com o nome de Nova Olivença. A economia local, nessa época, baseava-se na agricultura, na pesca e no artesanato indígena e a sua administração era feita pelos jesuítas. Segundo Campos (1981) no século XVII só existia uma única construção de pedras, que era a igreja Nossa Senhora da Escada, situada no ponto mais alto do local - a atual Praça Cláudio Magalhães, objeto do nosso olhar. Casas foram construídas ao redor da igreja, que segundo historiadores, foi construída com a participação indígena. Estes últimos passaram a morar nestas casas que eram estrategicamente posicionadas para que estivessem sob o olhar dos religiosos.

No final do século XIX, Olivença começou a despertar interesse por ser um lugar de clima ameno e por suas águas medicinais, o que tornou o lugar uma Estância Hidromineral (DÓRIA, 2003). Hoje, as suas águas deixaram de ser a principal motivação turística. Atualmente, configura-se como local típico para veraneio, apesar da diminuição do fluxo de visitantes e do visível abandono do lugar. Duas festas são realizadas na Praça Cláudio Magalhães: o São João – desde 2001, quando o poder municipal decidiu transferir a festa do centro de Ilhéus para a praça - e a Puxada do Mastro de São Sebastião



É importante ressaltar que não há nenhum elemento evidenciado que aponte para a turistificação deste espaço. O que estamos apontando aqui é para as significações que o lugar adquiriu e sobre as possibilidades deste potencial. São visíveis o descuido e o abandono que se encontra a praça, cujo nome, se deve a um “caboclo” que teve representatividade no local. Então, por que observá-la em sua dinâmica com o turismo? Qual a importância de entendê-la, mesmo estando em processo de descuido? O que a caracteriza como um “espaço turístico”?

Objetivando compreender a formação de um espaço turístico, evidencia-se a necessidade de partir do conceito de espaço, de maneira elementar, sob o ponto de vista da geografia. Como afirma Coriolano (1998),

O turismo é, antes de tudo, uma experiência geográfica. Apresenta-se como fenômeno geográfico no sentido de representar uma relação direta entre o homem e os espaços, ou seja, o homem e o ambiente. É um indutor da organização espacial e da mobilização de fluxos populacionais. Por meio do turismo, a natureza, o litoral, as cidades, os espaços geográficos transformam-se em espaços turísticos (CORIOLANO, 1998, p. 22).

Propõe-se, assim, partir de uma discussão que se pretende introdutória sobre “espaços” (SANTOS, 1997) e sobre “espaço turístico” (CORIOLANO, 1998; KNAFOU, 1996; RODRIGUES, 1999 e RODRIGUES, 2002). Em suma, os conceitos utilizados buscam atender à necessidade de compreensão do que constitui o “espaço turístico”:

A importância e o significado do turismo no mundo têm crescido de forma tão expressiva que vêm dando a esta atividade lugar de destaque na política geoeconômica e na organização espacial, vislumbrando-se como uma das atividades mais promissoras para o futuro milênio. [...].

O turismo é uma atividade que se desenvolve por meio dos elementos dos espaços geográficos. Assim sendo, ao utilizar a natureza como atrativo turístico, os equipamentos urbanos como infra-estrutura do turismo, os territórios de origem dos turistas, as comunidades receptoras com sua população residente e as práticas sociais decorrentes deste encontro, o turismo passa a ser objeto do saber geográfico (CORIOLANO, 1998, pp. 9; 21).

Milton Santos (1997) apresenta o espaço “como um *fator* de evolução social, não apenas como uma *condição*” (grifos do autor): o espaço seria mais uma instância da sociedade, assim como a economia, a cultura e a ideologia, que contém e é contido pelas demais instâncias. “A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na



economia.” (p. 1). O espaço não pode ser pensado como algo formado somente pelas coisas – os objetos geográficos, naturais e artificiais – cujo conjunto nos dá a Natureza.

O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses *processos*, resolvidos em *funções*, se realizam através das *formas*. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí porque o espaço contém as demais instâncias. Ele é, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos *incluem* o espaço, seja o processo econômico, seja o processo ideológico (SANTOS, 1997, pp. 1-2).

Ou seja, o espaço é, sobretudo, social: além de todas as suas características físicas, o espaço é o que lhe confere sentido. Ainda segundo Santos (1997), há um movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, e é igualmente o movimento dialético do todo social apreendido na e através da realidade geográfica. “Cada *localização* é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas.” (p. 2).

Rafael José dos Santos (2005) apresenta o lugar como “uma construção simbólica, simultaneamente, local e mundial: lugares de hibridismo [...] que exigem uma perspectiva de trânsito, não apenas no interior de cada grupo, mas, sobretudo nas fronteiras, nos interstícios a partir de onde se revelam tensões, conflitos e negociações” (BHABHA *apud* SANTOS, 2005). A partir dessa compreensão, fica mais fácil perceber o espaço turístico enquanto um lugar onde se desenvolvem relações sociais.

Por outro lado, Arlete Moysés Rodrigues (2002) apresenta o espaço turístico como um espaço produzido e formatado para o consumo:

A indústria do turismo *produz* espaços delimitados a um determinado tipo de *consumo* – o consumo da natureza – através dos determinados “serviços” do turismo. Enquanto a “indústria do turismo” articula a produção e consumo de um dado espaço, os “serviços” fluem por este mesmo espaço, mundializado e/ou globalizado, pois as informações sobre os lugares de “amenidades”, os lugares exóticos, os da



materialidade histórica, circulam através dos serviços – correio, telex – prospectos, fotografias, jornais, revistas, e de forma cada vez mais atuante pelo noticiário das caixinhas domésticas (a TV) (p. 55).

Entretanto, a turistificação dos lugares, neste estudo, precisa ser compreendido por um movimento anterior, pois não está relacionada à produção de espaços apropriados para os visitantes, mas à visitação ao lugar pelos turistas primeiramente. Ao propor uma abordagem científica do turismo, Knafou (1996) aponta três evidências que pressupõem a turistificação de lugares e dos espaços: a presença dos turistas, do mercado e dos promotores/planejadores turísticos. Entretanto, este autor efetua críticas a muitos estudiosos que acabam ressaltando as duas últimas evidências, minimizando a primeira. Na produção dos espaços turísticos, “(...) não são pois produtos que estão na origem deste processo, mas sim práticas” (p. 70). Ou seja, ao contrário do que é falado por muitos estudiosos do fenômeno turístico, o lugar, para que se torne um espaço turístico, não precisa necessariamente passar por uma formatação, não (e nem) é necessário que seja fruto de planejamento turístico que envolva o fornecimento de produtos turísticos no local.

Assim, acreditamos como Knafou (1996), que o espaço pode ser considerado turístico a partir do momento em que existam o interesse e a visitação ao local por pessoas de outras localidades. Antes da turistificação dos espaços estar vinculada à formação de produtos e locais para o consumo, existe algo elementar que permeia esse processo: o turista. É a presença desses tipos de visitantes – as suas “práticas” – que confere aos lugares o caráter de “espaço turístico”, sem que haja a necessidade primeira da formatação desses espaços, como outros autores tratam.

Rodrigues (1999) confirma essa idéia ao evidenciar os diversos tipos de espaços turísticos existentes, pois eles não se limitam a ser “os grandes centros turísticos produzidos pela ação do homem”, nem tampouco “os grandes redutos de espaços ditos naturais”. Entre esses dois modelos destacáveis, há uma infinidade de tipos de espaço turístico (RODRIGUES, 1999, p. 44).

Ainda de acordo com Rodrigues, os espaços turísticos envolvem três diferentes aspectos, com incidências territoriais em cada um deles: as áreas de atração (locais receptores), pontos de deslocamento e áreas de dispersão (locais emissores). É por isso que se pode considerar o espaço turístico não apenas como um espaço limitado por suas fronteiras físicas. Ora, sendo o lugar turístico um espaço culturalmente construído, formado pelas coisas e pelos sentidos, isto é, um “produto de práticas sociais e



simbólicas de visitantes e nativos, simultaneamente sociais e simbólicas, mediadas por representações do imaginário moderno” como delinea Santos (2004, p. 1), podemos afirmar que “o contexto cultural extrapola o espaço e as fronteiras físicas: no interior destas, práticas de produção e apropriação simbólicas de uma cultura mesclam-se com elementos locais” (SANTOS, 2005, p. 2). Os espaços considerados turísticos o são porque lhes foram atribuídos sentidos, culturalmente, que lhes dão esta qualidade:

Atribuir aos recursos naturais ou artificiais qualquer qualidade ‘turística’ intrínseca, corresponderia a uma ‘naturalização’ da natureza e/ou da cultura, isto é, à ocultação do fato delas apenas tornarem-se atrativos porque passaram a adquirir significados culturais. Como decorrência disso, a natureza não se oferece ao homem para atender necessidades mas, antes disso, como matéria prima significante de produções de sentido que antecedem e determinam as diversas formas culturais de relacionamento do homem com o meio natural, inclusive aquelas práticas reunidas sob a denominação genérica de turismo (SANTOS, 2004, p. 13).

Enfim, o lugar turístico deve ser entendido como local de trocas simbólicas, partindo do pressuposto básico que este – “seus espaços, as práticas que nele se desenvolvem e as experiências que nele são vividas [...] só podem ser dotados de inteligibilidade quando apreendidos a partir de seu contexto cultural” (SANTOS, 2005, p. 2). Por contexto cultural, nesse caso, deve-se entender o espaço formado pelas relações sociais travadas pelos e entre os moradores, agentes turísticos e, é claro, também pelos turistas. A concepção que estes últimos possuem a respeito do lugar a ser visitado tanto é fruto de processos sociais quanto influencia a constituição do lugar enquanto espaço turístico.

Sobre Olivença, Oliveira (2005), partindo de sua vivência, afirma que em neste lugar “a atividade turística desenvolveu-se com base em um conjunto de elementos, tais como a Puxada do Mastro de São Sebastião, uma praça tida como sagrada pela comunidade indígena do lugar, uma igreja construída no século XVIII, entre outros fatores” (OLIVEIRA, 2005, p.16). Este pesquisador, objetivando efetuar uma análise comparativa entre as representações sociais sobre os elementos turísticos urbanos potenciais e legitimados em Olivença, destacou os atrativos naturais e culturais do local: as praias (*Back Door*, Batuba, Cai N’água), o Morro do Urubu, a igreja Nossa Senhora da Escada, a Praça Cláudio Magalhães, a festa da Puxada do Mastro de São Sebastião, Os índios Tupinambá, o parque aquático Balneário Tororomba, o Centro Cultural Iararana e a Bharmácia Homeotípica.



Na pesquisa de Oliveira, dentre as categorias sociais escolhidas para a pesquisa, os elementos naturais e culturais urbanos mais citados são a Igreja Nossa Senhora da Escada (citada 89,96%) e a Praça Cláudio Magalhães (citada 30,43%)⁶.

Outro dado importante: a Igreja Nossa Senhora da Escada, construída pelos índios e arquitetada pelos jesuítas no século XVIII foi considerada, pelas diversas categorias sociais escolhidas pelo pesquisador, um monumento histórico de referência religiosa. Conforme dados apresentados por Oliveira, entre os empresários do ramo do turismo, representantes das pessoas idosas e representantes dos comerciantes, existe uma sinalização da predominância dos valores religiosos.

Categorias de análise espacial: o espaço turístico como espaço histórico-cultural

Para efetuar uma reflexão sobre o espaço em questão, torna-se imprescindível seguir as categorias de análise espacial propostas por Milton Santos (1997) – forma, função, processo e estrutura. Esta abordagem surge apenas como uma primeira aproximação de duas dessas categorias (forma e função) que respondem ao nosso objeto.

Adyr Balastrieri Rodrigues (1999) confere aplicabilidade aos estudos destas categorias de análise aos espaços turísticos e afirma ainda que o estudo das formas é o mais sedutor. A *paisagem*, segundo a autora e seguindo as pistas de Milton Santos, é a forma espacial presente, testemunho de formas passadas que podem ou não persistir. E prossegue:

Ao ler-se a paisagem, toma-se contato com uma parte do espaço, circunscrita à abrangência do campo visual do observador, como se o passado fosse estático. Porém se a paisagem resulta de uma acumulação desigual de tempos, ela revela um dinamismo diacrônico, resultante do processo espacial. (RODRIGUES, 1999, p.72)

O que vemos na Praça Cláudio Magalhães? Uma antiga igreja no ponto mais alto do lugar, um grande espaço ao centro, casas enfileiradas ao redor da praça que remontam tempos diversos e em alguns períodos do ano, um mastro erguido no centro da praça. O que esta descrição nos diz? Que objetos revelam, mas também, o que esconde?

Segundo a localização e ambiência descrita em documentos do IPAC :

⁶ Cabe aqui ressaltar que a Praça Cláudio Magalhães não foi citada pelo poder público municipal.

Olivença, aprazivelmente situada sobre colinas elevadas, rodeadas de bosques (...), de onde se descortina o mar, está ao sul da Cidade de Ilhéus. A vila, originalmente aldeia de N. S. da Escada, conserva o traçado típico das missões jesuíticas, com a capela no extremo da praça, no ponto mais elevado, e pequenas casa ao redor, já modificadas. A igreja está voltada para o norte, com um cruzeiro à sua frente. O terreiro é gramado e conserva três arvores de porte no meio, mas pouco resta dos antigos bosques que cercavam a aldeia. (IPAC, 1988, p. 249)

A descrição elaborada por especialistas do IPAC, após observações em meados da década de 80 ultrapassa a percepção da matéria. Segundo a descrição da equipe do IPAC (p.21), o urbanismo do sul da Bahia preserva tipologias das cidades coloniais brasileiras. Quanto a sua implantação, ou melhor, sua relação com a topografia local, a maioria destas cidades⁷ desenvolve-se sobre elevações, por razões estratégicas, de modo a dominar uma grande extensão de oceano e território e dificultar sua tomada pelos inimigos. Ainda seguindo a descrição, era uma tradição medieval e mesmo sendo considerada ultrapassada após o advento da artilharia, os portugueses mantiveram este modelo urbanístico, talvez por inércia ou por ineficiência na defesa contra índios, contrabandistas e piratas. Nesse contexto, podemos situar a implantação da aldeia Nossa Senhora da Escada (atual Olivença):

Mesmo quando estas ameaças já haviam sido superadas, isto é, no século XVIII, os capuchinhos e os jesuítas elegeram colinas para a fundação das aldeias de Mayahu, transformada na vila de Marauá, em 1761, e Nossa Senhora da Escada, elevada a vila em 1758, com o nome de Nova Olivença. Não podemos olvidar, também as vantagens desta implantação do ponto de vista paisagístico e do conforto ambiental, em uma região superúmida, à beira-mar. (IPAC, 1888, p. 21)

Como já foi dito anteriormente, as formas revelam e estão repletas de conteúdo. A Praça Cláudio Magalhães desvenda um período – é um dos exemplos de modelo urbano que preservam o seu traçado de aldeia jesuítica formadas por pequenas casas isoladas, ao redor de uma grande terreiro retangular, tendo em uma das cabeceiras, a igreja (IPAC, 1988, p. 21-22).

Os tempos distintos, expressos pelas formas, no entender de Milton Santos (*apud* Rodrigues), se reportam ainda, aos diferentes extratos sociais.

As mudanças das formas geográficas espaciais se alteram ou mudam de valor: neste momento é que se demarca a *função* da paisagem, mais uma categoria analítica

⁷ Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia, Trancoso, Ilhéus e Camacan

proposta por Milton Santos. A função expressa uma tarefa ou atividade de cada elemento num determinado momento do processo espacial. (RODRIGUES, 1999). Na Praça Cláudio Magalhães se vê uma igreja construída sob o ideal religioso (e especialmente econômico). Serviu como aparato material de uma época – o momento de demarcação territorial e ideológica jesuítica. Por remontar outras histórias, hoje é patrimônio histórico-cultural tombado pelo IPAC; sem desmerecer, é claro, a sua função de templo religioso ainda nos tempos atuais, levando-se em conta a religiosidade da comunidade local.

Já as casas enfileiradas ao redor da praça serviram como moradia estratégica para os índios do local serem vigiados: as portas das casas ficavam de frente para a igreja, como forma de controle dos religiosos, para saber quem entrava e quem saía. Ainda hoje, esta informação é revelada também pelo discurso da comunidade local:

Os jesuítas forçam também a mudança da cultura dos índios escravizados. Trazem santos, acabando com as tradições dos índios, botando eles (sic) para morar em famílias “tradicionais” e não mais em comunidades, cada um passa a ter a sua casa, todas enfileiradas ao redor da igreja central, com as portas para frente para que o sacerdote possa observar quem é que entra na casa de quem. (COMUNIDADE TUPINAMBÁ, 2003)

Hoje estas casas estão remodeladas, são lares de moradores locais (descendentes de índios ou não) ou bares. Ainda segundo os Tupinambá de Olivença, no centro da praça eram enterrados os índios quando morriam. Segundo Oliveira (2005), a praça como componente característico do antigo aldeamento indígena, foi representada apenas pelos índios tupinambá, devido ser para eles um local que lembra os antepassados quando praticavam a dança e contam histórias. Hoje é espaço de reivindicação da comunidade Tupinambá, quando dançam o Porancim⁸ como podemos ver na imagem.



⁸ Dança ou ritual dos Tupinambá

Foto: Ed Ferreira (2003)

Hoje, na praça acontecem oficialmente duas festas: o São João, transferido de Ilhéus para Olivença pelo poder público municipal – e a tradicional Festa de São Sebastião.

Para ser feito o São João, algumas mudanças foram feitas na praça com a justificativa da necessidade de mudar o visual para dar maior comodidade aos visitantes e dessa forma, aumentar o fluxo de turistas para gerar mais receitas para o município de Ilhéus (OLIVEIRA, 2005, p. 80) São montados palcos para shows no período de São João.

A Festa da Puxada do Mastro de São Sebastião, que segundo historiadores e antropólogos tem origem indígena (OLIVEIRA, 2003), hoje também revela o seu caráter profano, com a participação de bandas locais e intervenção do governo municipal. No centro da praça é colocado o mastro de São Sebastião (ou “pau de Sebastião” nos dizeres da comunidade local). É também espaço de interação entre nativos e turistas. Após observar o trajeto realizado por fiéis da comunidade e por visitantes, o mastro chega a Praça Cláudio Magalhães, Couto (1996) descreve a Festa da Puxada do Mastro de São Sebastião em Olivença, em 1995.

O cortejo ia subindo a ladeira que dá acesso à praça da igreja e grande era o número de pessoas que faziam esforço para se aproximar da corda ou tocar no mastro sagrado. A chegada do sino e do mastaréu anunciava que o mastro estava chegando ao seu destino. Na praça havia um trio elétrico e um enorme palco montado em frente à Igreja. Desse palco os organizadores pediam para que parasse o som do trio. Segundo eles, o momento era de respeito e louvor a São Sebastião[...]

Na porta da Igreja um pequeno altar fora montado. Havia flores, velas e imagens de São Sebastião e Nossa Senhora da Escada. Após desamarrarem o mastro e o mastaréu, os machadeiros e as crianças levaram as cordas até o altar, onde foram depositadas aos pés dos Santos. Cumpridas todas as etapas da puxada do mastro a população se entregou à bebida, à dança e à música contagiante do trio elétrico. Num final de tarde de verão o calor era intenso e, por isso, jatos de água de um carro pipa eram jogados sobre milhares de corpos suados (COUTO, 1996, p. 58).

Lançando mão de mais uma categoria apresentada por Milton Santos, enxergamos no processo, última categoria de análise, que compete às ações e interações de todas as categorias anteriormente apresentadas. A dimensão temporal é um novo elemento a ser considerado – o tempo, não o tempo linear, mas o tempo social:

[...] a noção de tempo é fundamental, não só para atender os objetos que se transmutam durante o processo histórico, mas também as ações que,



de forma distinta, evoluem com o tempo, produzindo novas relações que se expressam em novas formas, e assim sucessivamente. O tempo assume novas conotações com o desenvolvimento das técnicas. Assim, formas antigas convivem em sincronia com novas formas, embora expressem tempos distintos. Só o processo pode dar conta da totalidade do ambiente (RODRIGUES, 2003, p.74).

Em outras palavras, “os recursos turísticos, no decorrer do tempo, transformam-se em recursos históricos” (RODRIGUES, 2003). A igreja situada na praça é a melhor demonstração da ação do tempo em sua significação. Em um momento foi somente construção religiosa, hoje é patrimônio-histórico-cultural. Também pode ser atrativo turístico, já que os monumentos estão aí para serem vistos. “Os testemunhos do tempo correspondem aos recursos turísticos de notável importância” (RODRIGUES, 2003) É também local de fé e religião da comunidade local. Os três significados se perpassando, se encontrando, convergindo e se contemplando. Como exemplificado por Camurça, através do evento da Semana Santa em Tiradentes, três significados podem indicar distintas visões de mundo – a histórica, a turística e a religiosa. A mesma paisagem urbana, com sua arquitetura, igrejas e imagens sacras, é passível de uma pluralidade de significações e usos por partes de três instâncias, que se antagonizam, superpõem-se, mas também negociam e combinam-se (CAMURÇA, 2003). Em suma: os mesmos fenômenos e objetos passíveis de distintas atribuições de sentidos.

O caso da Praça Cláudio Magalhães nos faz entender com mais clareza o que Milton Santos brilhantemente esclarece, quando afirma que o “espaço é a acumulação desigual de tempos”.

Referências bibliográficas

CORIOLOANO, L.N. M. T. **Do local ao global: O Turismo Litorâneo Cearense**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KNAFOU, R. **Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo**. In: RODRIGUES, Adyr A. B. Rodrigues (org.) **Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.



OLIVEIRA, Augusto Marcus Fagundes. **Tupinambá de Olivença: de Toré a Pocaré, ou construção de identidade e confecção de alianças.** VIII REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE – São Luís, 2-5/07/2003

RODRIGUES, A. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. M. **A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental.** In: YÁZIGI, Eduardo e outros (org.) São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

SAHLINS, M. **Cultura e Razão Prática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997

SANTOS, R. J. dos. **Antropologia, comunicação e turismo: a mediação do espaço turístico em uma comunidade de pescadores em Laguna, SC.** Trabalho apresentado ao NP 19 – Comunicação, Turismo e hospitalidade da Intercom no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre, 2004.

_____. **Imagens do turismo, culturas e lugares híbridos em Gramado e Canela, RS.** Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Comunicação, Turismo e Hospitalidade, do V Encontro de Núcleos de Pesquisa do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação –XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2005.